

Mais de 24 milhões poderiam ter aumentos salariais com Diretiva da U.E.

18/02/2021

Mais de 24 milhões de trabalhadores na U.E com baixos salários receberiam um aumento salarial muito necessário se as propostas sindicais para o projecto de Diretiva da U.E. sobre salários mínimos adequados fossem aceites.

A Confederação Europeia de Sindicatos está a pressionar para a inclusão de um “limite de dignidade” na legislação que assegure que os salários mínimos legais nunca possam ser pagos abaixo de 60% do salário médio e de 50% do salário médio do Estado Membro.

A Comissão Europeia incluiu o limite no projeto de Diretiva, mas apenas como um guia indicativo para os Estados Membros. A CES está a trabalhar em conjunto com os Eurodeputados para que este seja um limite mínimo obrigatório quando a Diretiva chegar ao Parlamento Europeu.

A CES solicita também alterações que garantam que o requisito de “adequação” na Diretiva signifique que os Estados Membros podem decidir o nível a que os seus salários mínimos legais são sempre suficientes para assegurar um padrão de vida digno.

Uma análise da Comissão concluiu que o estabelecimento de um “limiar de dignidade” resultaria num aumento salarial de pelo menos um quarto da força de trabalho em seis países da U.E.

País	Número de trabalhadores que recebem aumentos salariais do “limite de dignidade”	Percentagem do total da força de trabalho que beneficiaria com o limite
Bulgária	648,951	23%
República Checa	492,040	11%
Alemanha	6,834,661	18%
Estónia	116,361	21%
Grécia	907,486	34%
Espanha	4,120,214	25%
França	2,201,939	9%
Croácia	249,612	17%
Hungria	803,709	20%
Irlanda	486,833	25%
Lituânia	115,777	10%
Luxemburgo	57,552	22%
Malta	24,323	12%
Letónia	143,656	19%
Holanda	657,937	9%
Polónia	3,998,329	31%
Portugal	508,126	13%
Roménia	1,476,091	36%
Eslovénia	61,832	7%
Eslováquia	408,788	19%

Estes valores são apresentados pela Comissão Europeia, no entanto não foram verificados e estão subestimados. Por exemplo, o valor correto para a Holanda é 16,52%.

A Secretária Geral Adjunta da CES Esther Lynch declarou:

“Um salário mínimo que deixa os trabalhadores na pobreza derrota todo o valor do salário mínimo. Mesmo os números conservadores da Comissão Europeia reconhecem a situação terrível que enfrentam milhões de trabalhadores que recebem o salário mínimo, mas o seu projeto de directiva não se traduziria em aumentos reais.”

Cabe agora ao Parlamento Europeu e aos governos europeus alterar o projecto de Directiva de forma a assegurar que os Estados Membros não possam continuar a definir os seus salários mínimos abaixo do “limiar da dignidade”. Além disso, a Directiva necessita também de ser alterada para exigir que os Estados Membros estabeleçam os seus salários mínimos legais **acima** do limiar da dignidade e que sejam pagos a um nível “adequado” que seja estabelecido com a plena participação dos sindicatos.

“Um aumento salarial digno para os que ganham menos na Europa é esperado há muito e impulsionaria a recuperação da U.E. Não há melhor estímulo económico do que colocar dinheiro nos bolsos dos mais mal pagos, que são os mais propensos a gastá-los em empresas em dificuldades, em vez de o acumular.

“As propostas da CES para a Directiva de incluir um “limiar de dignidade” e uma garantia de “adequação” aplicam-se aos Estados Membros com salários mínimos legais.